

MICHEL FOUCAULT E O GOVERNO PASTORAL: UM PARADIGMA DE EXERCÍCIO POLÍTICO

Giovane Moraes Porto¹

Resumo: O presente texto analisa os primórdios do exercício político na modernidade, investiga o exercício do governo no momento imediatamente anterior à estruturação dos Estados modernos, o primeiro paradigma de governo que incide essencialmente sobre os indivíduos. O objetivo desta pesquisa é diagnosticar as práticas do governo exercidas pela igreja no medievo, identificando um paradigma de governo denominado “Governo Pastoral”, e demonstrar que toda prática de governo que propaga relações de poder na sociedade sofre resistência, portanto, apresentar-se-á as principais formas de resistência ao governo pastoral. Verificar-se-á o início das práticas de governo na modernidade, como um passo para a compreensão adequada da sociedade contemporânea, portanto a presente investigação consiste em um instrumento para reflexões quanto às práticas de governo. A metodologia utilizada possui caráter dedutivo a partir de pesquisa bibliográfica, em especial nas exposições feitas por Michel Foucault nos cursos de 1978 e 1979 no Collège de France.

Palavras-Chave: Michel Foucault; Governo Pastoral; Resistência; Exercício Político.

¹Professor e Pesquisador bolsista do curso de Direito do Centro Universitário Cidade Verde (UNIFCV) em Maringá-PR. Mestre em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM. Bolsista CAPES/PROSUP (2017/2019) sob orientação do Professor Dr. Oswaldo Giacoia Junior. Pós-graduado em Docência do Ensino Superior pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Graduado em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, bolsista PIBIC/CNPq (2014/2016). Integrante do grupo de pesquisa Bioética e Direitos Humanos, vinculado ao CNPq – UNIVEM. Advogado.

Abstract: This text analyzes the beginnings of the political exercise in modernity, investigates the exercise of government in the moment immediately before the structuring of modern states, the first paradigm of government that focuses essentially on individuals. The aim of this research is to diagnose the practices of government exercised by the church in the medieval, identifying a government paradigm called “Pastoral Government”, and to demonstrate that any practice of government that propagates power relations in society is resisted, therefore, It is the main forms of resistance to pastoral government. There will be the beginning of the practices of government in modernity, as a step for the proper understanding of contemporary society, so this research is an instrument for reflection on the practices of government. The methodology used is deductive from bibliographic research, especially in the exhibitions made by Michel Foucault in the 1978 and 1979 courses at the Collège de France.

Keywords: Michel Foucault; Pastoral Government; Resistance; political exercise.

INTRODUÇÃO



Michel Foucault se propôs a realizar uma genealogia do saber e do exercício político na modernidade, projeto esse que desenvolve, principalmente, em seus cursos ministrados no Collège de France “Segurança, Território, População” em 1978 e “Nascimento da Biopolítica” em 1979. Trata-se da investigação acerca de como os indivíduos são governados, como se exerce a prática do governo dos homens no exercício da soberania política e quais saberes sustentam e permitem este exercício, ou seja, uma investigação genealógica da arte de governar.

O projeto foucaultiano das práticas de governo na modernidade identifica quatro paradigmas de exercício político,

sendo eles: governo pastoral; Estado diplomático-militar; Estado de polícia e; governamentalidade biopolítica. Esses paradigmas são essenciais para compreender e diagnosticar as práticas de governo contemporâneas, portanto, servem de instrumento à reflexão quanto ao exercício do Estado contemporâneo, uma vez que o Estado hoje só se tornou o que ele é por diversos fatores históricos que incidiram sobre as formas de governo e estruturaram as práticas contemporâneas.

A fim de compreender as práticas políticas contemporâneas é imprescindível a investigação genealógica, pois esta permite verificar o porquê das práticas políticas serem assim, o que levou as práticas políticas serem estruturadas dessa maneira. Toda e qualquer Instituição possui sua história e o presente é fruto de diversos fatores históricos, diversos discursos estratégicos, táticos, e respectivas práticas de resistência. Portanto, a presente pesquisa se justifica pelo fato de investigar um dos paradigmas de governo apresentados pelo projeto foucaultiano, qual seja: o governo pastoral.

O governo pastoral consiste em um modelo de prática governamental exercido, principalmente, na Europa do século XVI ao século XVII, sendo o primórdio do governo Estatal e o primeiro modelo que possui como objeto primário de incidência o ser humano. Quando eclode o problema do governo dos homens é o governo pastoral que irá administrar a sociedade.

O objetivo do presente texto consiste em apresentar o exercício político do governo pastoral, verificar o primórdio do Estado Moderno, investigar a eclosão do problema do governo dos homens e verificar as práticas de resistência, a atitude crítica, em face desse modelo de exercício governamental.

Assim, em um primeiro momento, este estudo examinará no que consiste o termo “governo” quais suas implicações na vida dos indivíduos. Após analisar-se-á a prática do governo pastoral propriamente dita, especialmente, a relação estabelecida pelo poder pastoral entre as dimensões da salvação, da lei e da

verdade, e ao final examinar-se-á os atos de resistência em face desse exercício político.

Busca-se demonstrar que o Estado Contemporâneo é fruto de diversos acontecimentos históricos e não um universal estabelecido *a priori* que serviria para dedução de toda e qualquer prática de governo exercido pela soberania política. O Estado é apenas um nome, portanto, parte-se do conceito nominalista de Estado, demonstrando que esse pode exercer o governo de diversas formas e que há uma constante transmutação a fim de gerir a sociedade conforme os ditames de uma racionalidade estruturante. Além de apresentar a importância dos atos de resistência como forma de exercer a autonomia dos indivíduos sociais, com o intuito de que esses escolham como ser governado, por quem e até mesmo que governem a si mesmos.

No mais, esta pesquisa não tem a pretensão de esgotar o tema, mas apenas de trazer informações que instiguem o debate, notadamente, sobre a genealogia do Estado Contemporâneo e as investigações acerca do pensamento de Michel Foucault. A metodologia utilizada foi de caráter dedutivo utilizando a pesquisa bibliográfica como fonte de observação teórica.

I. GOVERNO: O QUE É ISTO?

Foucault (2008, p. 118) sustenta que o problema do governo eclode no século XVI, notadamente, relacionado com a pastoral católica e protestante. Nesse primeiro momento o modelo é do governo pastoral. O governo das almas e das condutas, como se governar, como governar os outros, é conduzido, sustentado, pela racionalidade da pastoral religiosa, portanto, um governo que converge à salvação. Um governo de rebanho a caminho da salvação física e moral.

Cumprе salientar que o governo não se dá apenas entre o Estado e a sociedade. O governo é exercido em diversas práticas sociais, como o governo da casa, o governo das almas, o governo

das crianças, o governo de um convento, de uma ordem religiosa, o governo de uma instituição de ensino superior, o governo de uma família, o governo de uma fábrica, o governo de um hospital, etc. Sempre onde há indivíduos convivendo, por mais microfísica que seja a relação, poderá haver práticas de governo, esta não é uma exclusividade do Estado.

Enquanto, aí, vemos que o governador, as pessoas que governam, a prática do governo, por um lado, são praticas múltiplas, já que muita gente governa: o pai de família, o superior de um convento, o pedagogo, o professor em relação à criança ou ao discípulo; há portanto muitos governos em relação aos quais o do príncipe que governa seu Estado não é mais que uma das modalidades. Por outro lado, todos esses governos são interiores a própria sociedade ou ao Estado. É no interior do Estado que o pai de família Vai governar sua família, que o superior do convento Vai governar seu convento, etc. Há, portanto, ao mesmo tempo, pluralidade das formas de governo e imanência das práticas de governo em relação ao Estado, multiplicidade e imanência dessa atividade, que a opõem radicalmente a singularidade transcendente do príncipe de Maquiavel. (FOUCAULT, 2008, p. 124).

Todo e qualquer governo possui uma história, seus discursos de verdade e seus sujeitos, ou seja, sua arte de governar. Conforme apresentado, o governo não é apenas do príncipe em relação ao Estado, está presente em diversos setores da sociedade por mais ínfimo e não estatal que seja, ocorre que, todos estes governos se dão dentro do Estado, de seu território, de sua jurisdição, e por isso, acabam seguindo os paradigmas do governo de Estado, a arte de governo estatal, seja ele pastoral, diplomático-militar, policial ou biopolítico. A arte do governo Estatal influencia todos os demais governos, o exercício político do governo estatal erradia efeitos à todos setores da sociedade, atinge toda malha social, o exercício do governo se ramifica no tecido social, assim importante se faz a investigação genealógica do exercício político soberano, pois compreendendo este compreender-se-á as demais práticas sociais.

O governo estatal influencia todas as atitudes ocorridas

em sua jurisdição, essa qualidade de influenciar as atitudes pode, facilmente, implicar em exercício de relações de poder no sentido de dominação e sujeição, pois irá intervir na subjetividade dos indivíduos, determinando suas atitudes, impedindo sua liberdade de ação. Assim, se as práticas governamentais forem práticas de dominação e sujeição os demais setores sociais estão expostos a propagarem estas relações de dessubjetivação social.

Uma vez que cada relação de governo pode exercer uma relação de dominação e sujeição, todo e qualquer exercício de governo deve sofrer resistência, deve ser objeto de luta social, foco da atitude crítica a fim de intervir para não querer ser governado assim, portanto, a luta a partir da coragem da atitude crítica, não deve se limitar à atuação em face do governo do Estado, é preciso ter a coragem da crítica em face de todos os governos em todas as camadas, por mais microfísicas que seja.

Ante ao fato de todo exercício do governo se dar dentro do território do Estado, a preocupação de Foucault não é com a análise de todas as práticas de governo, mas com as práticas de governo dos homens exercido pela soberania política, devido à influência que esta exerce sobre as demais. Assim, a noção de governo nessa análise foucaultiana será entendida como o exercício/prática da soberania política, abrangendo seu exercício propriamente dito, como, também, a racionalidade estruturante desse exercício, uma vez que as práticas de governo não consistem em mero ativismo, mas como produto de um saber estruturante que, portanto, concede condição de possibilidade para o exercício governamental, assim sem este saber nenhum exercício governamental seria possível, conseqüentemente, para a compreensão do exercício político é indispensável a compreensão do saber estruturante das práticas de governo.

“Governo” portanto no sentido estrito, mas “arte” também “arte de governar” no sentido estrito, pois por “arte de governar” eu não entendia a maneira como efetivamente os governantes governam. Não estudei nem quero estudar a prática governamental real, tal como se desenvolveu, determinando aqui

e ali a situação que tratamos, os problemas postos, as táticas escolhidas, os instrumentos utilizados, forjados ou remodelados, etc. Quis estudar a arte de governar, isto é, a maneira pensada de governar o melhor possível e também, ao mesmo tempo, a reflexão sobre a melhor maneira possível de governar. Ou seja, procurei apreender a instância da reflexão *na* prática de governo e *sobre* a prática de governo. Em certo sentido, se vocês quiserem, o que eu quis estudar foi a consciência de si do governo, aliás esse termo “consciência de si” me incomoda, não vou emprega-lo porque preferiria dizer que o que eu procurei e gostaria também este ano de procurar captar é a maneira como, dentro e fora do governo, em todo caso o mais próximo possível da prática governamental, tentou-se conceitualizar essa prática que consiste em governar. Gostaria de tentar determinar a maneira como se estabeleceu o domínio da prática de governo, seus diferentes objetos, suas regras gerais, seus objetivos de conjunto a fim de governar da melhor maneira possível. Em suma é, digamos, o estudo da racionalização da prática governamental no exercício da soberania política. (FOUCAULT, 2008-b, p. 04)

Assim, verifica-se que a abordagem foucaultiana consiste em uma abordagem genealógica da noção de governo, pois parte da investigação de como a prática governamental se apresenta e como ela é refletida, racionalizada, parte-se de práticas concretas para se diagnosticar o saber estruturante, além de não se limitar a mera descrição do saber e do exercício, mas, também, apresentar a crítica como forma de identificar as consequências nas subjetividades dos indivíduos que sofrem a incidência dessa relação entre prática e saber.

Analisa-se, assim, as singularidades positivas do exercício concreto do governo, do governo dos homens, do governo fruto da soberania política. Por partir da realidade concreta é possível a qualificação da análise como um positivismo do governo, um positivismo das práticas de governo. Esse método de construção do saber nos permite nominar como um positivismo crítico nas reflexões foucaultianas. Além disso, na investigação sobre o governo estão presente os principais elementos da genealogia foucaultiana: o exercício concreto do poder; a

racionalização a partir de discursos de verdade e; a intervenção nos sujeitos, no ser humano, na subjetividade de forma individualizada e/ou coletiva.

A própria palavra “governo” possui uma história, uma gênese, variadas atribuições de significados, diversas racionalidades estruturantes e, conseqüentemente, diversos exercícios concretos. O sentido político, estatal, da palavra “governo” se dá nos séculos XVI e XVII. Foucault (2008, p. 162-163) apresenta uma série de significados à palavra “governar” nos séculos XII, XIV e XV que irão influenciar diretamente a noção estatal de governo.

O primeiro significado apresentado é no “sentido puramente material, físico, espacial de dirigir, de fazer ir em frente, ou até o sentido de a própria pessoa ir em frente num caminho, numa estrada” (FOUCAULT, 2008, p. 162). Governo nesse momento está vinculado com a noção de caminho, de percorrer materialmente um espaço físico, de conduzir, circular em um determinado ambiente material. Desse modo governar consiste fazer algo ou alguém percorrer um caminho determinado.

Outro sentido, também de cunho material, está vinculado com a noção de subsistência, governar seria se relacionar com a questão de algo ou alguém subsistir. “Logo ‘governar’, no sentido de sustentar, de alimentar, de proporcionar subsistência” (FOUCAULT, 2008, p. 163). Portanto, a partir dessa noção exercer o governo seria determinar como algo ou alguém sobreviveria.

Após essas duas perspectivas materiais – caminho e subsistência – Foucault apresenta um significado moral ao termo “governar”, indicando o ato de conduzir alguém, que pode se dar no plano físico como no plano espiritual a partir do governo das almas. “‘Governar’ ou o ‘governo’ pode se referir então à conduta no sentido propriamente moral do termo” (FOUCAULT, 2008, p. 163). O bom governo está relacionado com a boa conduta e, conseqüentemente, o mau governo com a má conduta.

Bom e mal valorados a partir de uma perspectiva moral, determinada pela racionalidade governamental. Desta forma, governar é decidir, valorar, qual conduta é boa e qual conduta é má, qual deve ser fomentada e qual deve ser abolida, ou seja, consiste em determinar a moralidade das condutas do indivíduo.

As perspectivas – material e moral – relacionam-se com o “controle que se pode exercer sobre si mesmo e sobre os outros, sobre seu corpo, mas também sobre sua alma e sua maneira de agir” (FOUCAULT, 2008, p. 164). O governo é sempre algo relacional, se relaciona sobre si mesmo, sobre seu corpo, se relaciona com algo em um processo de troca. Levando a possibilidade de conclusão que “nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades” (FOUCAULT, 2008, p. 164). O objeto final do governo são sempre sujeitos, podendo ser a si mesmo ou terceiro.

Sendo assim, o governo da cidade, por exemplo, é o governo do caminho que os indivíduos nessa cidade irão percorrer, os bens materiais que possuirão para sua subsistência, o modo de agir dos indivíduos, o modo de ser dos indivíduos e não o modo de ser da cidade em si. Sempre são “os homens que são governados” (FOUCAULT, 2008, p. 164).

As perspectivas anteriores ao modelo da pastoral cristã, portanto da Grécia Antiga e do Império Romano quanto à questão do governo tem o indivíduo apenas como objeto secundário, governa-se a cidade, o navio, o leme, conduz o navio, apesar de o navio possuir uma tripulação, a tripulação é vista apenas de forma subsidiária. “O objeto do governo, aquilo sobre o que recai o ato de governar, não são os indivíduos” (FOUCAULT, 2008, p. 165). O governo sobre os seres humanos é essencialmente indireto. Por isso, a necessidade de compreender o governo pastoral a fim de compreender o atual governo dos homens, uma vez que este é o primeiro modelo que incide

diretamente no indivíduo, portanto, todo governo sobre o indivíduo decorre desse primeiro modelo pastoral.

A ideia de um governo dos homens não é uma ideia grega ou romana, “a ideia de um governo dos homens é uma ideia cuja origem deve ser buscada no Oriente, num Oriente pré-cristão primeiro, e no oriente cristão depois” (FOUCAULT, 2008, p. 166). O governo dos homens, tendo os homens como objetos primeiros, imediatos e diretos do governo possui sua origem no Oriente, a partir de um poder de tipo pastoral e depois um modelo de “direção das almas”, de induzimento da direção da consciência.

Sendo assim, governar é governar os indivíduos, não as coisas. Governo é a gestão dos indivíduos. O governo passa pelas coisas, pelo território, pela propriedade, mas de forma secundária, o objeto principal são os indivíduos, as táticas de governo são táticas, estratégias, sobre o ser humano.

Que o governo tenha por objeto as coisas entendidas assim como imbricação dos homens e das coisas, é algo de que, creio eu, encontraríamos facilmente a confirmação na metáfora inevitável a que sempre se faz referência nesses tratados do governo, a metáfora do barco. O que é governar um barco? É encarregar-se dos marinheiros, mas é também encarregar-se do navio, da carga; governar um barco também é levar em conta os ventos, os escolhos, as tempestades, as intempéries. E é esse estabelecimento da relação dos marinheiros com o navio que se tem de salvar, com a carga que se tem de levar ao porto, e as relações de tudo isso com todos esses acontecimentos que são os ventos, os escolhos, as tempestades, é o estabelecimento dessa relação que caracteriza o governo de um barco. [...]. É toda essa gestão geral que caracteriza o governo e em relação à qual o problema da propriedade fundiária, no caso da família, ou a aquisição da soberania sobre o território, no caso do príncipe, não são mais que elementos relativamente secundários. O essencial, portanto, é esse complexo de homens e de coisas, é isso que é o elemento principal, o território – a propriedade, de certo modo, é apenas uma variável. (FOUCAULT, 2008, p. 129).

O ponto principal do governo são os seres humanos e as

contingências que interferem no ser humano, as coisas são governadas a partir de sua relação com os sujeitos, essa relação é o essencial do governo, o que faz o governo ser o que ele é. Portanto, governa-se o caminho, a subsistência e a boa conduta, do ser humano, e, conseqüentemente, as coisas que se relacionam para atingir esses fins.

Sendo assim, concluímos que o governo se exerce – portanto, só existe enquanto acontecimento histórico, nunca como um universal – de maneira relacional a partir de uma racionalidade estruturante, possuindo como objeto os indivíduos, com a finalidade de determinar o caminho, a subsistência e a boa conduta dos indivíduos, sendo o governo pastoral o primeiro a incidir primariamente sobre o indivíduo, tendo origem no Oriente e após se exercendo a partir de uma perspectiva cristã.

II. A PRÁTICA PASTORAL COMO PARADIGMA DE GOVERNO

A análise de Foucault sobre a gênese de um saber político alcança, contemporaneamente, a noção de governamentalidade, o governo biopolítico das nações, mas para chegar até o nascimento dessa forma de governo, Foucault analisa primeiro o modelo da pastoral cristã, uma vez que com esta que se inicia o governo que incide de forma primária sobre os indivíduos. O governo dos homens é uma prática que persiste até os dias atuais que possui sua origem no governo pastoral, portanto, para compreender o governo dos homens é elemento indispensável à análise do governo pastoral.

A ideia e organização do governo pastoral, do poder pastoral, estabelece que o rei, o chefe, o deus, seja um pastor em face dos homens que serão seu rebanho. O pastorado é uma relação pastor-rebanho. Aquele que exerce o mando deve atuar como um pastor e se relacionar com os obedientes a partir de uma estrutura de rebanho.

Esse poder do pastor, que vemos tão alheio ao pensamento

grego e tão presente, tão intenso no Oriente mediterrâneo, principalmente entre os hebreus, como ele se caracteriza? Quais são seus traços específicos? Creio que podemos resumir-los da seguinte maneira. O poder do pastor é um poder que não se exerce sobre um território, é um poder que, por definição, se exerce sobre um rebanho, mais exatamente sobre o rebanho em seu deslocamento, no movimento que o faz ir de um ponto a outro. O poder do pastor se exerce essencialmente sobre uma multiplicidade em movimento. (FOUCAULT, 2008, p. 168)

O poder pastoral difere diretamente do poder oriundo do pensamento grego devido à noção de território, o poder do pensamento grego se exerce sobre um território, diretamente relacionada com a noção de soberania. Por sua vez, o poder pastoral se exerce sobre um rebanho, um rebanho que está constantemente em movimento, o exercício do poder pastoral se dá em uma multiplicidade em constante movimento e não sobre um local imóvel como no caso do pensamento grego. O poder pastoral está vinculado ao rebanho, aos seres humanos, que estão permanentemente em movimento e não ao território como a noção derivada do pensamento grego que consiste em algo estático, dimensionado. Assim, o poder pastoral se vincula a um elemento dinâmico e o poder grego a um elemento estático.

A primeira característica do poder pastoral é, portanto, seu exercício em uma multiplicidade em movimento. A segunda característica consiste no fato do poder pastoral ser “fundamentalmente um poder benfazejo” (FOUCAULT, 2008, p. 169), ou seja, o poder pastoral visa e pratica o bem, possui como bússola a salvação do rebanho. A noção do soberano como o salvador da pátria está diretamente relacionada com a vinculação do poder pastoral com a salvação de seu rebanho. “A salvação são, antes de mais nada e essencialmente, os meios de subsistência” (FOUCAULT, 2008, p. 170). A salvação é permitir a vivência, é concretizar as necessidades para a subsistência do rebanho, ou seja, dos seres humanos, conforme a valoração de vida boa do discurso eclesialístico, que sustenta que toda essa multiplicidade deve ser salva para o bem viver. Parte-se de um pecado original

que estaria intrínseco a todos indivíduos desde sua mera existência e que todos devem seguir o caminho e os meios de subsistência estabelecidos pelo poder eclesiástico para serem salvos no plano terreno e espiritual deste mal enraizado nos indivíduos.

O poder pastoral é estritamente um poder de cuidado, de zelo. “Assim, o poder do pastor se manifesta num dever” (FOUCAULT, 2008, p. 170). O exercício do poder não é fruto de uma arbitrariedade do pastor, mas um ofício, um dever, sendo este apenas um funcionário do saber eclesiástico. Ao cuidar, zelar, o pastor deve, necessariamente, exercer a vigilância sobre todos para os bens governar e os conduzir à salvação (física e espiritual). O pastor está a serviço de um saber, de uma racionalidade, eclesiástica, sendo apenas mais um aparelho, um instrumento, do saber para concretizar seus ditames, portanto, pastor e rebanho são aparelhos para satisfação dos interesses do saber eclesiástico. Esse saber necessita do rebanho para materializar suas vontades, assim, necessita, também, de alguém – o pastor – com o dever de cuidar, de zelar por esse rebanho.

Toda a preocupação do pastor é uma preocupação voltada para os outros, nunca para ele mesmo. Está aí, precisamente, a diferença entre o mau e o bom pastor. O mau pastor é aquele que só pensa no pasto para seu próprio lucro, que só pensa no pasto para engordar o rebanho que poderá vender e dispersar, enquanto o bom pastor só pensa no seu rebanho e em nada além dele. Não busca nem seu proveito próprio no bem-estar do rebanho. Creio que vemos surgir aí, esboçar-se aí um poder cujo caráter é essencialmente oblativo e, de modo, transicional. O pastor está a serviço do rebanho, deve servir de intermediário entre ele e os pastos, a alimentação, a salvação, o que implica que o poder pastoral, em si, é sempre um bem.

Assim, o pastor é qualificado pelo ofício que exerce, pela prestação ao rebanho. Um serviço que atua sobre a complexa relação entre o rebanho e as coisas, um serviço que guia o rebanho ao caminho da salvação, mantendo sua subsistência e sua salvação, além de todos objetos que interagem com o rebanho para atingir esses fins. Na figura do pastor as dimensões do

terror, da violência, da força, estão ausentes da percepção do rebanho.

Temos assim, as características do exercício do poder pastoral que atua em face de uma multiplicidade em movimento e que visa o bem, a salvação, dessa multiplicidade. A terceira e última característica consiste no fato do poder pastoral ser um poder individualizante. “Quer dizer, é verdade que o pastor dirige todo o rebanho, mas ele só pode dirigi-lo bem na medida em que não haja uma só ovelha que lhe possa escapar” (FOUCAULT, 2008, p. 172).

O pastor exerce um exame minucioso sobre seu rebanho, um exame quantitativo e qualitativo, só assim é possível o controle do rebanho para bem o guiar à salvação. A técnica de poder é uma técnica de vigilância sobre cada um, individualmente, um por um. Há no poder individualizante um paradoxo característico do problema do pastorado: “sacrifício de um pelo todo, sacrifício do todo por um, que vai estar no cerne da problemática cristã do pastorado” (FOUCAULT, 2008, p. 173). Se o pastor deve individualizar cada ovelha e zelar individualmente com todas suas energias para a salvação de cada uma como condição para a salvação de todo o rebanho, o pastor deve sacrificar uma ovelha pelo bem de todo o rebanho e sacrificar todo o rebanho para a salvação de uma ovelha, eis a questão paradoxal do governo pastoral.

O poder pastoral é totalmente alheio ao pensamento grego e romano, quem ocidentalizou este poder, quem organizou a prática desse poder e fez com que cada ser humano se sentisse uma ovelha, que cada homem pedisse sua salvação a um pastor, que cada indivíduo se doa-se às determinações de um pastor, foi a igreja cristã.

Foucault analisa, também, o poder pastoral a partir de uma série de textos da tradição pitagórica. Tendo como um dos principais pontos a análise da etimologia de *nómos* e a relaciona com a prática exercida pelos pastores em face de seus

respectivos rebanhos.

A etimologia tradicionalmente aceita pelos pitagóricos, que pretende que *nómos*, lei, venha de *nomeús*, isto é, pastor. O pastor é aquele que faz a lei, na medida em que é ele que distribui o alimento, que dirige o rebanho, que indica a direção correta, que diz como as ovelhas devem cruzar para ter uma boa progenitura. Tudo isso, função do pastor, que dita a lei ao seu rebanho. (FOUCAULT, 2008, p. 183)

Os pitagóricos vinculam a noção de *nómos* (lei) com a noção de *nomeús* (pastor). Assim, a lei seria uma institucionalização da função do pastor. O caráter filantropo do pastor também está presente na lei, pois assim como o pastor não exerce sua função para si, mas para a salvação do rebanho, a lei também não é feita para o magistrado, para o legislador, mas para o bem da sociedade, para a salvação do rebanho social.

O objeto de intervenção do exercício do pastor e da lei são seus administrados, aqueles que são geridos por um poder filantropo, essencialmente não egoísta. “Um pastor egoísta é uma coisa contraditória. O verdadeiro pastor é justamente aquele que se dedica inteiramente ao seu rebanho e não pensa em si mesmo” (FOUCAULT, 2008, p. 187).

A noção do homem como um animal político consiste na ação do homem de prescrever, de comandar, de dar ordens. Foucault (2008, p. 188) compara a ação do homem político com a do arquiteto, enquanto este dá ordens a coisas inanimadas, impõe sua vontade, suas decisões aos objetos inanimados como a madeira e a pedra, aquele impõe sua vontade, suas decisões, em face de seres vivos, moldando-os assim como o arquiteto molda ao seu interesse os objetos inanimados. Assim o pastor como animal político vai “comandar portanto seres que vivem em rebanho”. “Ora, o que é dar ordens a um rebanho de seres vivos, animais ou homens? É evidentemente ser seu pastor. Temos portanto a seguinte definição: o homem político é o pastor dos homens, é o pastor desse rebanho de seres vivos que a população de uma cidade constitui” (FOUCAULT, 2008, p. 189).

O pastor é um animal político e o animal político é um

pastor. Assim como temos várias formas de governo, em cada situação de governo temos um pastor, alguém para prescrever, comandar, para dar ordens ao corpo político. O modelo do poder pastoral pode ser utilizado para analisar todas as formas de governo, por mais microfísicas, seja da família, escola, convento, cidade, fábrica, etc. O rebanho é constituído pelos indivíduos que são alvos das vontades e das decisões do pastor, são aqueles que possuem a conduta induzida/determinada pelo pastor. Assim, podemos ter a presença de alguém que determine a conduta dos demais, ou seja, um pastor em todos os âmbitos sociais.

Dessa forma, ser pastor é, no primeiro momento, “ser o único pastor num rebanho”, o único que impõe suas vontades e conduz o rebanho à salvação mantendo sua subsistência. Ser pastor é ser um único pastor, esse único pastor exerce suas atividades em prol do bem de seu rebanho, podendo as atividades ter diversas funções. O pastor é um só, suas atividades é que são múltiplas, podem ser atividades de alimentação, cuidados, terapêuticas, de arranjo, de uniões, etc., o poder pastoral é um poder que exerce diversas funções sobre o corpo social, sobre o rebanho, que controla, que guia, que retira sua autonomia, além disso, é necrófilo em relação à autonomia do rebanho, à subjetividade do rebanho, pois estes não determinam por si sua maneira de vida, esta é ditada pelo que o pastor decide ser a melhor maneira de vida. O modelo do poder pastoral é, com certeza, um poder do qual ainda não nos libertamos.

Essa história do pastorado no mundo ocidental só começa com o cristianismo [...] processo pelo qual uma religião, uma comunidade religiosa se constitui como Igreja, isto é, como uma instituição que aspira ao governo dos homens em sua vida cotidiana a pretexto de leva-los à vida eterna no outro mundo, e isso na escala não apenas de um grupo definido, não apenas de uma cidade ou de um Estado, mas de toda a humanidade. Uma religião que aspire assim ao governo cotidiano dos homens em sua vida real e pretexto da sua salvação e na escala da humanidade – é isso a Igreja, e não temos disso nenhum outro exemplo na história das sociedades. Creio que se forma, assim, com essa

institucionalização de uma religião como Igreja, forma-se assim, e devo dizer que muito rapidamente, pelo menos em linhas mestras, um dispositivo de poder que não cessou de se desenvolver e de se aperfeiçoar durante quinze séculos. (FOUCAULT, 2008, p. 196-197)

A implementação desse modelo de poder, desse dispositivo de poder, dessa forma de domínio, de ser governado, foi institucionalizada e sustentada pela igreja cristã, tendo como aliado um discurso profético de salvação, de guia, de iluminar o caminho à salvação, de adiar o dia do juízo final, o que implicou na transformação de todo curso histórico em toda a humanidade, a história do governo moderno foi escrita a partir dos princípios do governo pastoral, portanto, escrita a partir de um mecanismo de poder, de intervenção sobre a coletividade dos indivíduos, do rebanho. O exercício político na modernidade, ou seja, o governo dos homens é fruto de transformações oriundas do paradigma pastoral, pois este foi o que iniciou a incidência do governo diretamente sobre os indivíduos, determinando como seria seu melhor modo de vida, como deveriam viver, mais do que isso, como deveriam bem viver.

O discurso profético cristão não se limitou apenas ao território europeu. Por exemplo, quando esse discurso atingiu as sociedades primitivas do Novo Mundo, houve a grande transformação do princípio de vivência das sociedades primitivas, legitimando a instalação do trabalho alienado e do domínio sobre uma sociedade essencialmente igualitária e sem autoridade, até então inexistentes nas sociedades primitivas.

Os profetas, armados apenas de seus logos, podiam determinar uma "mobilização" dos índios, podiam realizar esta coisa impossível na sociedade primitiva: unificar na migração religiosa a diversidade múltipla das tribos. Eles conseguiram realizar, de um só golpe, o "programa" dos chefes! Armadilha da história? Fatalidade que apesar de tudo consagra a própria sociedade primitiva à dependência? Não se sabe. Mas, em todo o caso, o ato insurrecional dos profetas contra os chefes conferia aos primeiros, por uma estranha reviravolta das coisas, infinitamente mais poder do que os segundos detinham. Então talvez seja preciso

retificar a idéia da palavra como oposto da violência. Se o chefe selvagem é obrigado a um dever de palavra inocente, a sociedade primitiva pode também, evidentemente em condições determinadas, se voltar para a escuta de uma outra palavra, esquecendo que essa palavra é dita como um comando: é a palavra profética. No discurso dos profetas jaz talvez em germe o discurso do poder, e sob os traços exaltados do condutor de homens que diz o desejo dos homens se dissimula talvez a figura silenciosa do Déspota. (CLASTRES, 2013, p. 230-231)

As sociedades primitivas da América latina, até a invasão dos europeus, desconheciam o trabalho alienado, a noção pastoral de autoridade, a forma de se conduzir a partir da determinação de um terceiro, de ser governado sem que fosse para a subsistência para o suprimento das necessidades básicas e para o lazer e o prazer.

Os “chefes” das sociedades primitivas não possuíam poder de coerção, não eram detentores de lei, de força, de autoridade, não eram pastores, possuíam apenas a linguagem para a pacificação e mediação dos conflitos que viessem a surgir no seio social e serviam apenas para vocalizar a vontade da comunidade, principalmente diante de outros povos. Ocorre que, com a invasão dos europeus, estes chegaram também munidos da palavra, mas não mais uma palavra inocente de pacificação, pelo contrário, uma palavra que lhes conferiam o direito de governar, um discurso eclesiástico de salvação de povos sem alma.

Os profetas se valiam do discurso da maldade intrínseca à terra, da qualificação de “selvagens” aos povos primitivos e atuavam como os salvadores desses povos, aqueles que levariam a civilização aos selvagens, distorcem a realidade para aparecerem como defensores dos homens, de sua dignidade, de sua liberdade, e, assim, dominava-os a partir de um discurso, de um regime de verdade, de um saber que servia para tornar o exercício do poder possível, necessário e inevitável. Exterminando assim as sociedades primitivas, essencialmente igualitárias, exterminando a liberdade de se conduzir de cada indivíduo de forma autônoma, matando a subjetividade de cada um, impedindo a

livre escolha e ação. A igreja cristã foi responsável por exterminar cada uma das subjetividades dos povos das sociedades primitivas ante seu fetiche de universalização.

A arte de governar do poder pastoral consistia em governar o cotidiano dos indivíduos, em todos seus aspectos sociais, há uma gestão da vida cotidiana das sociedades em todos seus pormenores. O poder pastoral não é imutável, não permanece o mesmo ao longo de toda a história, ele se transmuta no seu exercício, portanto, o cotidiano determinado pelo poder pastoral poderia sofrer mutações.

O discurso pastoral consiste em um discurso de justificar o poder do pastor sobre o seu rebanho, justificando o direito de governar o rebanho, de governar a vida cotidiana do rebanho, de dirigir as condutas, de levar, guiar, controlar, manipular, passo a passo ao longo de toda a vida. Tendo como fundamentação a salvação (fim), a lei (prescrição sobre as condutas) e a verdade (discurso profético).

Se tomarmos o pastorado em sua definição de certo modo abstrata, geral, totalmente teórica, veremos que ele está relacionado com três coisas. O pastorado está relacionado com a salvação, pois tem por objetivo essencial, fundamental, conduzir os indivíduos ou, em todo caso, permitir que os indivíduos avancem e progridam no caminho da salvação. Verdade para os indivíduos, verdade também para a comunidade. Portanto ele guia os indivíduos e a comunidade pela vereda da salvação. Em segundo lugar, o pastorado está relacionado com a lei, já que, precisamente para que os indivíduos e as comunidades possam alcançar sua salvação, deve zelar por que eles se submetam efetivamente ao que é ordem, mandamento, vontade de deus. Enfim, em terceiro lugar, o pastorado está relacionado com a verdade, já que no cristianismo, como em todas as religiões de escritura, só se pode alcançar a salvação e submeter-se à lei com a condição de aceitar, de crer, de professar certa verdade. Relação com a salvação, relação com a lei, relação com a verdade. O pastor guia para a salvação, prescreve a lei, ensina a verdade. (FOUCAULT, 2008, p. 221)

O poder pastoral se relaciona, portanto, com a salvação, a lei e a verdade, sendo uma relação que estará presente em todo

exercício da soberania do poder político. A salvação é que justifica o conduzir dos indivíduos que o fazem devido a uma imposição legal, toda a relação necessita de um discurso verdadeiro para atribuir a qualificadora de “verdade” à salvação e à lei. Assim, o exercício do pastor, do governante, se relaciona com esses três elementos, não exercendo cada um dos elementos de forma separada, mas exercendo a partir da reunião dos três, conjuntamente.

A partir desses elementos o pastor age numa economia do mérito e demérito, que são medidos a partir da relação entre esses três elementos. O pastor não se relaciona com a salvação, depois com a lei e depois com a verdade, mas seu exercício se dá a partir da relação entre os três elementos, como esses elementos se comunicam, como interagem entre si mutuamente e não de forma isolada. Assim, com essa relação há uma administração constante do rebanho, medido a partir da economia de mérito e demérito e a concretização de uma instância de obediência pura e de dependência integral com aquele que lhe dirige.

A dependência integral implica em uma relação de submissão, uma relação na qual o dirigido deve uma obediência pura, uma obediência cristã, ao dirigente. Assim, a cada momento do cotidiano o indivíduo depende da prescrição do seu governante, cada momento, cada episódio, de sua vida deve ser comandado, ordenado, e o mérito do submisso é medido a partir de sua obediência cega, pura. A servidão é integral.

A obediência pura impede o indivíduo de ser senhor de si, faz com que renuncie à própria vontade. O fim da obediência é a própria obediência, obedecer por obedecer, implicando em uma renúncia da própria subjetividade. “A finalidade da obediência é mortificar sua vontade, é fazer que sua vontade como vontade própria morra, isto é, que não haja outra vontade senão a de não ter vontade” (FOUCAULT, 2008, p. 235). Não há livre-arbítrio na relação governante e governado, não há controle de si, conseqüentemente, implicando na destruição do “eu”.

A manipulação da conduta cotidiana por parte do pastor em face de suas obedientes ovelhas necessita passar por uma observação, uma vigilância perpétua, toda a conduta das ovelhas são vigiadas e determinadas. A vida cotidiana é vigiada e controlada. Há, assim, a produção perpétua de saber sobre as condutas, é necessário conhecer a realidade/cotidiano para controlá-lo, necessário conhecer as ovelhas e o meio que as cerca para poder controlá-las e essas devem obedecer de forma pura para serem recompensadas com a salvação e se conduzirem à verdade, em outras palavras, para serem classificadas como meritórias.

Além de dirigir as condutas, a prática pastoral dirige as consciências, de maneira involuntária. Logo, há o exame das condutas e o exame das consciências, a produção de saber sobre a consciência de cada um, tornando tanto as condutas quanto a consciência dependente do poder pastoral, o poder pastoral é detentor das condutas e das consciências de cada uma das ovelhas, assim é instaurado uma obediência individual, exaustiva, minuciosa, total e permanente. Por trás de todo o processo de dependência e obediência há uma economia de méritos e deméritos, práticas de seleção dos indivíduos conforme sua dependência e obediência, o quanto são dóceis e úteis.

Portanto, não é a relação com a salvação, não é a relação com a lei, não é a relação com a verdade que caracteriza fundamentalmente, essencialmente o pastorado cristão. O pastorado cristão, ao contrário, é uma forma de poder que, pegando o problema da salvação em sua temática geral, vai introduzir no interior dessa relação global toda uma economia, toda uma técnica de circulação, de transferência, de inversão dos méritos e deméritos, e é isso que é seu ponto fundamental. Tal como em relação à lei, o cristianismo, o pastorado cristão não vai simplesmente ser o instrumento da aceitação ou da generalização da lei, o pastorado cristão, de certo modo tangenciando a relação com a lei, vai instaurar um tipo de relação de obediência individual, exaustiva, total e permanente. É bem diferente da relação com a lei. E, enfim, em relação à verdade, embora o cristianismo, o pastor cristão, de fato ensine a verdade, embora

obrigue os homens, as ovelhas, a aceitar certa verdade, o pastorado cristão inova absolutamente ao implantar uma estrutura, uma técnica, ao mesmo tempo de poder, de investigação, de exame de si e dos outros pela qual certa verdade, verdade secreta, verdade da interioridade, verdade da alma oculta, vai ser o elemento pelo qual se exercerá a obediência, será assegurada a relação de obediência integral, e através do que passará justamente a economia dos méritos e deméritos. Essas novas relações dos méritos e deméritos, da obediência absoluta, da produção das verdades ocultas, é isso que, a meu ver, constitui o essencial, a originalidade e a especificidade do cristianismo e, não a salvação, não a lei, não a verdade. (FOUCAULT, 2008, p. 242).

A característica fundamental do poder pastoral para o exercício da soberania política no ocidente é como esse poder mobiliza as categorias da salvação, da lei e da verdade, o que faz em nome dessas categorias. A partir do uso que faz dessas categorias institucionaliza toda uma rede de servidões, de obediência e de dependência, implicando na morte da subjetividade de cada indivíduo que compõe o tecido social, portanto, uma rede produtora da morte das subjetividades. Um governo, uma forma de ser governado, de induzimento de conduta que gera uma rede de servidões, uma gama de indivíduos sem subjetividade, sem vontade própria, meros obedientes, servos, sem qualquer livre arbítrio.

O pastorado não se relaciona com a salvação como um fim em si mesmo, mas para em nome da salvação exercer toda uma economia de méritos e deméritos, uma técnica de controle sobre os indivíduos que devem ser salvos, que em nome dessa salvação estão sujeitos à técnica de sujeição. A racionalidade por trás da salvação é de uma técnica econômica que rege os atos do pastorado.

Assim, a relação com a lei também é para tornar possível um dever de obediência individual, exaustiva, total e permanente. O exercente do poder pastoral, em nome da lei, sujeita os indivíduos às técnicas econômicas, à economia dos que devem ser salvos e os que devem ser abandonados, uma técnica de

mérito e demérito.

A verdade, por sua vez, é utilizada para viabilizar a estrutura técnica de investigação, de exame, de produção de conhecimento, que servirá de registro para como deverá ser o controle, como o indivíduo deve se portar para ter mérito, para ser salvo, para ser útil. Produz uma verdade a serviço da técnica econômica, da sujeição em rede, abrangendo todo o tecido social.

A principal inovação do poder pastoral consiste nessa relação que estabelece com a salvação, a lei e a verdade, como esse poder incide sobre o rebanho, como manipula a conduta dos indivíduos. Essa relação será incorporada pelo governo, será uma técnica, uma tática, uma estratégia, da governamentalidade, uma forma de sujeitar os indivíduos, uma estrutura de captura do rebanho, de transformação dos cidadãos em rebanho, de permitir que a vida cotidiana seja controlada por uma racionalidade.

Ocorre que, uma das máximas de Foucault é que onde há poder há resistência, assim como o poder pastoral foi uma aperfeiçoada estrutura técnica de poder, promoveu, também, importantes meios de resistência, de rebeldia, de contraconduta, técnicas de não querer ser governado dessa forma, técnica de questionamento do modo de ser governado, limitando, negando, recusando, o poder pastoral. A singularidade histórica do poder pastoral promoveu uma singularidade de resistência ao poder de conduta.

III. O EXERCÍCIO DE CONTRACONDUTA AO GOVERNO PASTORAL

Para designar as práticas de resistência Foucault propõe os termos: “revolta de conduta”; “desobediência”; “insubmissão”; “dissidência” e; “contraconduta”. Recusa todos em detrimento do último, irá utilizar, portanto, o termo contraconduta ao se referir às práticas que questionam, criticam, o exercício do poder político.

A *grosso modo* recusa o termo “revolta de conduta”, porque o termo “revolta” é demais específico e não abrange práticas de resistência mais difusas e suaves. O termo “desobediência” é refutado devido ao caráter negativo do termo, apesar da obediência estar no núcleo do poder pastoral, há práticas de resistência que não são abarcadas por esse termo. A “insubmissão” não é acolhida por estar vinculada a questões militares. O termo “dissidência” agrada ao Foucault, em especial, por abranger toda a luta contra os efeitos pastorais, mas o seu uso está demais localizado da luta democrática em face da autoridade política.

Assim, Foucault irá propor o termo “contraconduta”. “Contraconduta no sentido de luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros” (FOUCAULT, 2008, p. 266). Abrange não apenas o sentido negativo de “inconduta”, mas o sentido ativo de questionar o induzimento de conduta. Portanto, utilizar-se-á o termo “contraconduta” no sentido de atitude crítica em face do exercício do poder que tem por objeto conduzir os outros.

Quanto ao movimento de contraconduta ao poder pastoral, Foucault (2008, p. 269-283) explanará acerca de cinco formas principais, sendo elas: ascetismo; comunidades; mística; escritura e; crença escatológica.

O ascetismo consiste em um exercício de si sobre si, não um exercício externo em face do indivíduo. Promove um desafio sobre o domínio que exerce sobre si mesmo, um exercício de se vencer, de vencer o mundo, de vencer o corpo, de vencer a matéria, mas sempre por um domínio de si, a conduta é do indivíduo, não prescrita por um terceiro. Consiste em um exercício de contraconduta por ser veementemente contra a obediência cega, contra a renúncia da vontade, obedece a si, respeita a vontade de si sobre si mesmo. O poder exterior é inacessível ao ascetismo, portanto o governo é do indivíduo com o indivíduo e não um pastor determinando seu modo de ser.

As comunidades possuem um caráter diferente do

ascetismo, pois este é individualizante, ao passo que aquele é coletivo. A formação das comunidades recusa a autoridade do pastor e das justificações teológicas ou eclesiológicas, são comunidades em oposição ao poder pastoral, recusam, limitam, escapam ao exercício da igreja cristã, são anticristo, recusam a autoridade do pastor devido ao fato deste estar em “estado de pecado mortal”. Consistiam em comunidades religiosas, mas que possuíam uma vertente diversa, principalmente ao caráter de obediência cega aos pastores. Afirma o princípio da igualdade absoluta entre todos os membros da comunidade, até entre os pastores e os demais indivíduos, se os pastores exigissem a obediência estariam agindo contra esta máxima e seriam hereges, infiéis à lei, a lei da igualdade absoluta, portanto, impossível a prática do governo pastoral nessas comunidade, uma vez que recusa um elemento estruturante da prática de governo pastoral. Nas comunidades a utilização das riquezas era comum e nenhuma forma de obediência era reconhecida, portanto, não há como se aplicar uma economia de mérito e demérito.

A mística questiona a economia da verdade propagada pelo pastorado, pois para esta a verdade é retirada como um segredo de cada alma, mas na mística a alma se vê a si mesma. Não há uma verdade a ser descoberta em cada alma, onde o pastor seria o capaz de desvelar este segredo, para a mística só a alma pode acessar sua verdade, ninguém externo, portanto só o indivíduo pode conhecer a si mesmo, se um terceiro não consegue conhecer o indivíduo não há como exercer as práticas de controle, uma vez que este pressupõe a produção de conhecimento, o exame, sobre o indivíduo a ser governado.

A escritura consiste em uma vertente de questionamento do poder pastoral que se utiliza dos escritos religiosos para demonstrar que a interpretação, o uso das escrituras está equivocado, utiliza o texto em face da utilização do texto pelo poder pastoral. Sendo, portanto, uma crítica hermenêutica, que incide sobre o saber estruturante do governo pastoral, demonstrando

que a base para a sustentação do saber eclesiástico está sendo interpretada de forma equivocada e se altera o significado do saber estruturante, conseqüentemente, se altera o exercício do governo.

A crença escatológica visa desqualificar o papel do pastor, afirmando que deus retornará para reunir seu rebanho, que a figura do pastor não é mais legítima. Assim questiona toda autoridade e todo dever de obediência ao pastor. Apresenta como inútil a autoridade do pastor, uma vez que haveria um ser superior com legitimidade para governar, portanto o governo pastoral não poderia mais ser exercido pela autoridade do pastor.

Todas as cinco formas de contraconduta são lutas anti-pastorais, questionam o modo de ser governado exercido pelo poder pastoral, são críticas em face do exercício desse poder, visam à transformação da realidade para esse poder de dominação e sujeição não ser mais exercido, ser exercido de forma limitada ou que seu exercício não os atinja. São revoltas de condutas, lutam pela condução de forma diversa, por verdades diversas, mas, principalmente, por não ser conduzido e, além disso, conduzir a si mesmo. Todo o problema de exercício do poder e resistência se dão em face do problema do conduzir.

Além disso, se o modo de governo do poder pastoral é exercido até os dias atuais, as práticas de resistência atualmente podem extrair dessas práticas de contraconduta apresentadas anteriormente como paradigma para a construção de formas contemporâneas de resistência a fim de que o indivíduo seja capaz de governar a si mesmo, ou que decida como ser governado e por quem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação acerca do exercício político nos moldes do governo pastoral se faz necessária e válido para a compreensão de todas práticas de governo dos homens, uma vez que o

paradigma do governo pastoral fora o primeiro modo de exercer o poder político diretamente nos indivíduos, não incidindo sobre estes de forma secundária como era até então, principalmente, na cultura grega e romana. Além do que, práticas desse paradigma ainda são exercidas atualmente, portanto, conhecendo a gênese dessas práticas melhor será a compreensão dessas práticas, as consequências, especialmente no que concerne à interferência na subjetividade dos seres e melhor será as práticas de conduta em face desse paradigma do exercício político.

Todo governo possui sua história e só a partir da investigação crítica sobre essa história que será possível a devida compreensão da instituição. Toda história de uma instituição pode ser visualizada a partir de seu exercício na realidade positiva, ocorre que este exercício não é mero ativismo, mas estruturada por uma racionalidade, assim, investigar as racionalidades que estruturam o exercício é essencial para o conhecimento sobre as instituições.

A investigação histórica e crítica realizada por Foucault a partir de um modo genealógico de observar os objetos do conhecimento nos permite visualizar um positivismo crítico como instrumento foucaultiano para a compreensão da realidade concreta, uma vez que parte de seu exercício real sem recorrer a questões metafísicas e/ou transcendentais e se preocupa com os mecanismos de interferência na subjetividade dos seres.

A partir das investigações foucaultianas verifica-se que os atos de governo estão diretamente relacionados com a questão do caminho, da subsistência e da valoração quanto à conduta boa ou má, portanto, o governo pastoral não seria diferente, este intervém nessas três perspectivas.

O governo pastoral parte de um exercício onde os assujeitados são tidos como um rebanho que devem ser salvos física e moralmente. A fim de promover o governo o poder pastoral se vale de três categorias fundamentais, sendo elas: a salvação, a lei e a verdade, a relação que o poder pastoral faz com essas três

categorias é seu ponto neurálgico, relação esta que é utilizada ainda pelos governos contemporâneos.

Além da relação entre os pontos destacados anteriormente o poder pastoral se vale de uma obediência cega, de uma completa sujeição para viabilizar o exercício de seu governo, ocorre que, todos atos que interferem sobre a autodeterminação do indivíduo sofrem exercícios de resistência, formas de contradição e o governo pastoral é criticado e resistido de cinco formas principais que visam a garantia do controle sobre si mesmo e/ou excluem a legitimidade do mando pastoral.



REFERÊNCIAS

- CASTRO, Edgardo. Introdução a Foucault; tradução: Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- _____. El Vocabulario de Michel Foucault: un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores. Editora Universidad Nacional De Quilmes. 2004.
- CLASTRES, Pierre. A Sociedade contra o Estado: Pesquisas de antropologia política. Editora Cosac Naify. 2013.
- EWALD, François. Foucault, a norma e o direito. 2 ed. Lisboa: Veja, 2000.
- FONSECA, Márcio Alves da. Michel Foucault e o Direito – 2. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2012.
- FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais – Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.
- _____. Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes. 1999.
- _____. A ordem do discurso. Tradução: Laura Fraga de

- Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola. 1999-b.
- _____. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999-c. Trad. S. T. Muchail.
- _____. Microfísica do poder. São Paulo: Graal, 2013
- _____. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Lígia M. Ponde Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1987.
- _____. Segurança, território, população: curso dado no College de France (1977-1978) edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução: Eduardo Brandão; revisão da tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. Nascimento da biopolítica: curso dado no College de France (1978-1979); edição estabelecida por Michel Senellart ; sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução: Eduardo Brandao; revisão da tradução: Claudia Berliner. - São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- _____. O que é a crítica? [Crítica e Aufklärung]. Tradução de Gabriela Lafeté Borges e revisão de Wanderson Flor do Nascimento. In: Espaço Michel Foucault. 1990.
- _____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GIACCOIA JUNIOR, Oswaldo. Violência e racionalidade jurídica: sobre a potência dos meios. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 108, p. 243-291, jan/jun. 2014.
- _____. Sobre Jurgen Habermas e Michel Foucault. Trans/Form/Ação, Marília, v. 36, p. 19-32, 2013.
- _____. Foucault. In: Revista Em Tempo. Revista da área do Direito do UNIVEM. Marília: Letras Jurídicas, 2004.
- _____. Sobre direitos humanos na era da bio-política. Kriterion, Belo Horizonte, nº 118, Dez, p. 267-308. 2008.

- _____. Filosofia da cultura e escrita da história: Notas sobre as relações entre os projetos de uma genealogia da cultura em Foucault e Nietzsche. In: Estudos Nietzsche, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 3-34, jan./jun. 2014.
- _____. Hans Jonas: Por que a técnica moderna é um objeto para a ética. *Natureza Humana* 1(2):407-420, 1999.
- TÓTORA, Silvana. Subjetividade *Poiética*. In: Imaterial e construção de saberes. Org: Leila Maria da Silva Blass. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2014.